



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ata de Reunião nº 06/2024

Aos vinte e sete de junho de 2024 (quarta-feira), às 15h30, por videoconferência, utilizando a plataforma de comunicação "Google Meet", reuniram-se os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deste Egrégio Tribunal, o Excelentíssimo Desembargador **José Otávio de Souza Ferreira**, Presidente da Comissão, a Excelentíssima Desembargadora **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes**, o Excelentíssimo Desembargador **Edison dos Santos Pelegrini**, o Excelentíssimo Desembargador **Renato Henry Sant'Anna**, a Excelentíssima Desembargadora **Ana Cláudia Torres Vianna**, o representante da Magistratura de 1º grau, Excelentíssimo Juiz do Trabalho **Sérgio Polastro Ribeiro**, Presidente da Amatra XV, e o representante dos servidores, **José Aristéia Pereira**, Presidente do SINDIQUINZE. Presentes, ainda, como convidados, o Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, e o Secretário de Orçamento e Finanças, **Marco Antônio Fernandes**.

Secretariaram os trabalhos o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Flávio Landi, e o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva.

O **Presidente da Comissão**, após declarar aberta a reunião e agradecer a presença de todas as pessoas, trouxe à discussão o primeiro tema da pauta ("Exercício 2025 - Proposta orçamentária").

O Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, informou que o





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

orçamento previsto para as despesas com pessoal será de R\$ 1,704 bilhão, em 2025. Para as despesas de custeio, o orçamento contempla R\$ 195 milhões, valor para o qual há expectativa de correção pelo IPCA. Informou, também, que a divulgação dos limites definitivos, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ocorrerá no próximo dia 22 de julho.

O Excelentíssimo Juiz do Trabalho **Sérgio Polastro Ribeiro**, Presidente da Amatra XV, manifestou preocupação com relação ao orçamento da Escola Judicial (EJUD) para o exercício de 2025, assim como com a possível insuficiência do orçamento para o presente exercício, resultado, dentre outros fatores, do aumento de gastos com ações de treinamento de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC). Solicitou, de outra parte, informações sobre a implementação da Resolução CNJ 500/2023. O Diretor-Geral esclareceu que o valor do orçamento da EJUD para o exercício de 2025 será o mesmo que foi fixado para 2024. Pontuou, ainda, que a definição das verbas destinadas à Escola na proposta orçamentária que o Tribunal envia ao CSJT decorre de planejamento prévio construído pela própria Escola, sem ingerências da Administração, tanto no planejamento, como na própria execução. Quanto à Resolução CNJ nº 500/2023, informou que o Tribunal permanece cumprindo a determinação do CSJT e, por esta razão, não a implementou, até o momento. Nada obstante, o valor respectivo a tal despesa foi incluído na proposta orçamentária prévia.

A Excelentíssima Desembargadora **Ana Cláudia Torres Vianna** também externou sua preocupação quanto ao orçamento da EJUD.

O **Presidente da Comissão** trouxe, então, o segundo item da pauta ("Exercício 2024 - Execução orçamentária"), e foi informado pelo Diretor-Geral que, até o momento, o Tribunal executou 55% do orçamento de pessoal deste exercício, 51% do orçamento destinado aos benefícios e 32% do orçamento relativo à rubrica "Atividades". Noticiou, ainda, a insuficiência orçamentária relativa às despesas com pessoal (R\$ 214 milhões) e com o pagamento de benefícios (R\$





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

11 milhões).

Sobre o terceiro item da pauta ("Informações da SOF/DG sobre o cálculo do ATS - acréscimo do adicional de 17% ao tempo de serviço dos magistrados do sexo masculino que ingressaram na carreira antes da promulgação da Emenda Constitucional n.º 20/98), o Diretor-Geral esclareceu que a responsável pelo controle de tal assunto é a Assessoria de Apoio aos Magistrados e comprometeu-se a buscar informações junto a essa unidade.

O Excelentíssimo Desembargador **Renato Henry Sant'Anna** solicitou ao Diretor-Geral informações sobre a situação das parcelas que foram atingidas pelas determinações de suspensão de pagamento, emanadas do CSJT no início deste ano. O Diretor-Geral informou que há uma expectativa de suplementação orçamentária de R\$ 426 milhões e de autorização, no próximo mês de julho, para pagamento dessas verbas.

O Presidente do SINDIQUINZE, **José Aristéia Pereira**, tendo em vista sugestões da Excelentíssima Desembargadora **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes** e do Presidente da AMATRA, manifestou sua concordância quanto a uma ação conjunta das associações perante o CSJT, com vistas a buscar um encaminhamento que viabilize a quitação de verbas que restam devidas a magistrados e servidores que se desligam da atividade no Tribunal.

Por fim, a Comissão tratou do quarto assunto da pauta ("Informações da SOF/DG sobre o acolhimento das sugestões feitas para o orçamento, nos autos do Processo n.º 25600/2023 PROAD, que instituiu o orçamento participativo"), ocasião em que o Secretário de Orçamento e Finanças, **Marco Antônio Fernandes**, informou que, nada obstante inexistir no referido processo, previsão de gasto financeiro para cada uma das sugestões feitas, parte dessas sugestões foi contemplada no orçamento do Tribunal, pois coincidiam com inclusões de despesas feitas por algumas das áreas técnicas do Tribunal, como, por exemplo, as demandas relacionadas a questões de tecnologia da informação. De toda forma, ficou definido que o Secretário irá





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

prestar esclarecimentos mais detalhados a respeito a esta Comissão, para que possam ser repassados à AMATRA XV.

Sem mais assuntos a tratar, deliberou-se que deverá ser juntada cópia desta Ata aos autos dos Processo n.º 1013/2023 PROAD e n.º 4679/2024 PROAD.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por concluídos os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 16h28.

Publique-se no espaço próprio do Portal da Transparência deste E. Tribunal.

José Otávio de Souza Ferreira
Desembargador Presidente da Comissão

